

RELATÓRIO E
CONTAS

08

Relatório de Gestão
Volume 1

ÍNDICE

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	3
2. ESTRUTURA ACCIONISTA.....	5
3. ÓRGÃOS SOCIAIS DO BPN.....	5
4. ORGANOGRAMA DO GRUPO BPN	6
5. REDE DE DISTRIBUIÇÃO	7
6. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO	8
7. OS ACONTECIMENTOS AO LONGO DO EXERCÍCIO DE 2008	13
8. ANÁLISE FINANCEIRA DA ACTIVIDADE CONSOLIDADA.....	15
8.1. REEXPRESSION DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS A 2007	15
8.2. RESULTADOS E RENDIBILIDADE	21
8.3. EVOLUÇÃO DO BALANÇO	26
9. PROPOSTA DE APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS.....	30

1. Mensagem do Presidente

A Lei n.º 62-A/2008, de 11 de Novembro, veio decretar a nacionalização de todas as acções representativas do capital social do BPN – Banco Português de Negócios, S.A..

Para todos os efeitos legais, concretizou-se nesta data a transmissão para o Estado, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, de todas as acções representativas do capital social do BPN, livres de quaisquer ónus ou encargos.

O BPN adquiriu desta forma a natureza de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, continuando a reger-se pelas disposições legais que regulam a respectiva actividade, bem como pelos seus estatutos, na medida em que estes não contrariem o previsto no regime jurídico do sector empresarial do Estado.

Nos termos do disposto no Artigo 2.º da referida Lei da nacionalização, a gestão do BPN foi nessa data atribuída à Caixa Geral de Depósitos, S. A..

Coube assim à Caixa Geral de Depósitos proceder á nomeação dos membros dos órgãos sociais do BPN, designadamente do Conselho de Administração a que tenho a honra de presidir.

O início do exercício das funções coincidiu com um período particularmente difícil em termos de envolvente macroeconómica, com um aprofundamento da crise financeira mundial e a evidência da concretização de alterações significativas ao nível do comportamento dos mercados interbancários.

No curto espaço de tempo de vigência do mandato coincidente com o exercício de 2008, foi preocupação fundamental dar cumprimento aos objectivos previstos no diploma da nacionalização, designadamente no respeitante ao acautelar dos interesses dos depositantes, dos interesses patrimoniais do Estado e dos contribuintes, e da defesa dos direitos dos trabalhadores.

Em Novembro, com referência a 31 de Outubro de 2008, deu-se início a uma auditoria preliminar às demonstrações financeiras das entidades e dos fundos geridos que compreendem o Grupo Banco Português de Negócios. Foi possível identificar diversas situações que vieram a ser objecto de revisão adicional com os trabalhos que, mais tarde, ocorreram no âmbito do processo de encerramento do exercício.

Concluíram-se as principais etapas necessárias para um rigoroso diagnóstico da situação económica e financeira do Grupo BPN, que, no final de 2008, para um resultado líquido consolidado negativo de 575,2 milhões de Euros, apresentava capitais próprios negativos de 1.624,2 milhões de Euros.

Em simultâneo com o estabelecimento das condições necessárias para dar resposta aos objectivos definidos pelo accionista, deu-se início a um novo ciclo no Grupo BPN em que a palavra-chave é o rigor, o pilar de suporte fundamental para a edificação da base que permitirá o relançamento da instituição.

O Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento ao accionista Estado, ao Banco de Portugal, à CMVM e ao Instituto de Seguros de Portugal, ao Fiscal Único e ao Auditor Externo, pela valiosa cooperação prestada no acompanhamento da actividade do Grupo BPN.

Uma última palavra para os trabalhadores do BPN, que souberam reagir, num momento muito difícil para as suas carreiras e prestígio profissionais, estando sempre disponíveis para colaborar com a Administração tornando possível que progressivamente se retomasse a tranquilidade imprescindível à efectivação dos negócios.

2. Estrutura Accionista

Pela Lei n.º 62-A/2008, de 11 de Novembro, foram nacionalizadas todas as acções representativas do capital social do BPN.

Com a nacionalização concretizou-se a transmissão para o Estado, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, de todas as acções representativas do capital social do BPN.

O BPN passou assim a ter a natureza de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

3. Órgãos Sociais do BPN

BPN – Banco Português de Negócios, S.A.

Mesa da Assembleia Geral

Miguel Galvão Teles (Presidente)
Paulo Taveira de Sousa (Secretário)

Conselho de Administração

Francisco Manuel Marques Bandeira (Presidente)
Norberto Emilio Sequeira da Rosa (Vice-Presidente)
Pedro Manuel de Oliveira Cardoso (Vogal)
Rui Manuel Correia Pedras (Vogal)
José Lourenço Soares (Vogal)
Mário Manuel Garcia Faria Gaspar (Vogal)
Jorge António Beja Pessoa (Vogal)

Fiscal Único

Efectivo

Oliveira Rego & Associados, SROC

Suplente

Pedro Miguel Marques Antunes Bastos (ROC)

Auditores

Deloitte & Associados SROC

4. Organograma do Grupo BPN

Banca Comercial e de Investimento

- BPN - Banco Português de Negócios
- BPN Cayman
- Banco Efisa
- BPN Brasil
- BPN IFI

Gestão de Activos

- BPN Imofundos
- BPN Gestão de Activos

Seguros

- Real Vida Seguros

Crédito Especializado

- BPN Crédito IFIC

O Grupo BPN é constituído por 70 empresas, no entanto, este organograma apenas reflecte as empresas que são detidas directamente pelo BPN, S.A. e, as que, detidas indirectamente, tenham um peso significativo no Grupo.

5. Rede de Distribuição

Agências e Gabinetes Empresa, por Distrito, em 31-12-2008



6. Enquadramento Económico

A Economia Mundial

A situação económica durante 2008 ficou marcada pela cronologia da progressão da crise do sistema financeiro internacional e das suas graves ramificações na economia real que se acentuaram marcadamente no quarto trimestre de 2008.

O crescimento económico mundial foi de 3,2%, com uma travagem muito acentuada no quarto trimestre de 2008, onde a generalidade das economias desenvolvidas entrou em recessão técnica. A taxa de crescimento foi muito distinta consoante os blocos económicos, tendo as economias mais desenvolvidas crescido apenas marginalmente (cerca de 1%, nos EUA e na Zona Euro), enquanto que as economias emergentes progrediram a um ritmo de 6,1%.

Crescimento Económico				
	2007	2008	2009(*)	2010(*)
Economia Mundial	5,2	3,2	-1,3	1,9
<i>Economias avançadas</i>	2,7	0,9	-3,8	0,0
E. U. A.	2,0	1,1	-2,8	0,0
Zona Euro	2,7	0,9	-4,2	-0,4
Japão	2,4	-0,6	-6,2	0,5
<i>Economias Emergentes</i>	8,3	6,1	1,6	4,0

Fonte: FMI (Abril 2009)

(*) Previsão

O ano de 2008 também revelou, de forma bastante clara, a fragilidade do sistema financeiro a nível mundial, sobretudo nos EUA e no Reino Unido, onde, não fora a intervenção decidida dos respectivos bancos centrais e Governos, as consequências poderiam ter sido muito graves.

O que começou, em Setembro de 2008, nos mercados financeiros mundiais como um processo de desalavancagem (no seguimento da falência do banco de investimento Lehman Brothers), acabou por transformar-se na contracção da actividade económica mais severa desde 1945, em consequência da pior crise financeira desde a Grande Depressão. Os problemas com os créditos concedidos não estão agora adstritos apenas ao sector das hipotecas de alto risco ("subprime"), mas antes abrangem quase todos os tipos de crédito, a particulares e a empresas, e decorrem do níveis de endividamento dos agentes económicos ser muito elevado.

No quarto trimestre de 2008, a economia dos países que compõem a OCDE contraiu-se 1,5%, a que corresponde uma taxa anualizada de 6%. Esta é a maior contracção desde que existem dados da OCDE. Nesse período, a maior queda do PIB entre os países que compõem os G7 verificou-se no Japão (3,3%) e a menor nos EUA (1%).

Os consumidores confrontados com desvalorizações sem precedentes no seu património de activos financeiros e imobiliário e com a degradação das condições dos mercados de trabalho registaram

acentuadas quedas da confiança, aumentando significativamente as suas poupanças discricionárias, por contrapartida da redução do consumo de bens duradouros em geral e de automóveis, em particular.

A redução da actividade económica levou a uma queda acentuada dos preços das matérias-primas em geral e do petróleo em particular, o qual depois de ter atingido o valor mais alto de sempre nos 140 dólares por barril, desceu para cerca 50 dólares no final do ano.

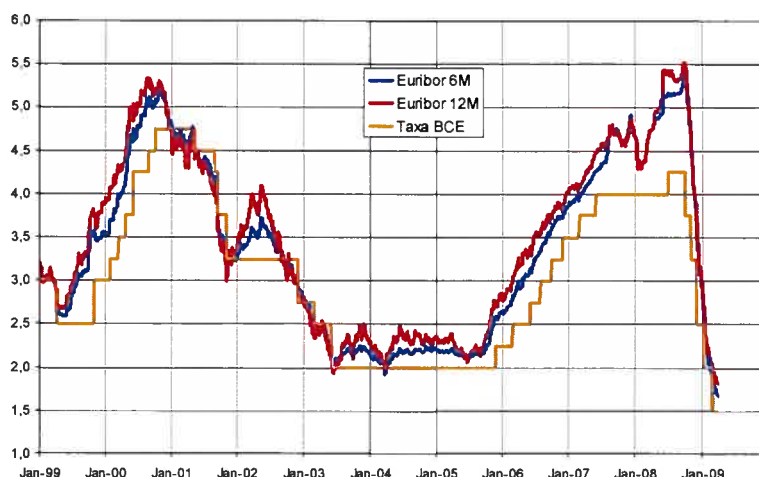
O FMI estima que, em 2009, o saldo orçamental das economias desenvolvidas dos G20 deverá deteriorar-se em seis pontos percentuais relativamente a 2008, atingindo-se um défice de 8% do PIB. O peso da dívida pública no PIB aumentará quinze pontos percentuais no biénio 2009/10.

As previsões de Maio de 2009 da Comissão Europeia para a zona Euro apontam para uma queda da actividade económica de 4,0% em 2009, com particular incidência no investimento que deverá contrair 10,4%. A taxa de desemprego na zona euro deverá subir para 11,5% em 2010, quando era de 7,5% no final de 2007.

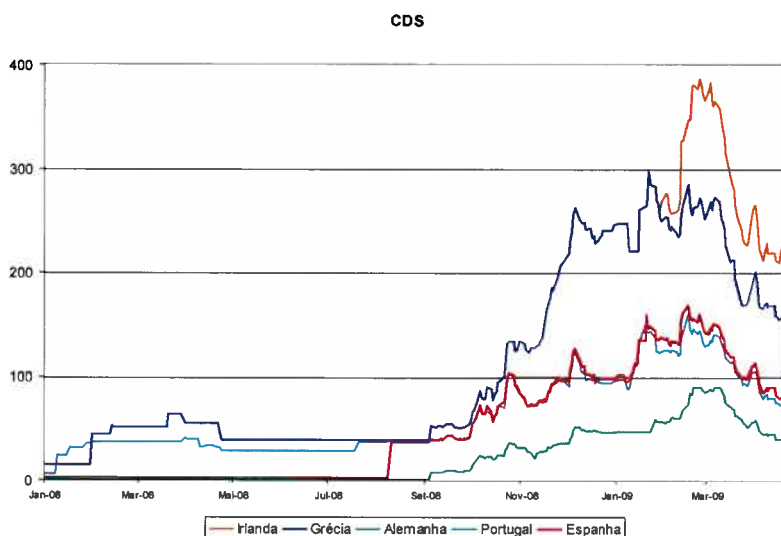
Mercados monetários

Para compensar o declínio da actividade económica que se foi fazendo sentir nos EUA de forma crescente ao longo do ano, a Reserva Federal dos EUA reduziu a taxa dos fundos que cede ao sistema bancário de 4,25%, no início do ano, para 0,25%, em Dezembro. As Libors de 6 e de 12 meses reduziram-se de cerca de 4,5% para 1,75%.

Na zona Euro, o BCE subiu a sua taxa de cedência de fundos de 4% para 4,25% em Junho, mas teve de inflectir a sua orientação a partir de 8 de Outubro, passando a reduzir a sua taxa de cedência, a qual fechou o ano em 2,5%. Apesar destas reduções, as tensões no mercado monetário levaram a que as taxas de prazos mais longos (6 e 12 meses) tenham descido apenas de 5,5% em Janeiro para 3,05% no final de Dezembro.



A absorção do risco de financiamento do sistema bancário pelos Governos nacionais levou a um alargamento dos “spreads” de risco do crédito soberano, medidos pelo custo dos respectivos seguros de crédito (credit default swaps).



Mercados de capitais

O índice FTSE World registou uma queda de cerca 40% no ano aproximando-se dos seus mínimos de 2002. Os índices de referência americano e europeu, respectivamente, o S&P 500 e o Euro Stoxx 50, sofreram evolução semelhante neste período, tendo caído 35,6% e 44,4%. Ao longo do ano de 2008, os mercados de capitais registaram perdas equivalentes ao PIB mundial de um ano, estimando-se que 40% da riqueza financeira mundial possa ter sido perdida.

A Economia Portuguesa

Depois ter crescido 1,9% em 2007 (ao ritmo mais elevado desde 2001), a economia portuguesa estagnou em 2008. Apesar da procura interna ter aumentado 0,9% em termos anuais, o contributo da procura externa líquida para o PIB anulou esse crescimento.

Portugal

	2007	2008	2009 (*)
Produto Interno Bruto	1,8	0,0	-3,5
Consumo privado	1,6	1,7	-0,9
Consumo público	0	0,5	0,4
Formação bruta de capital fixo	2,8	-1,7	-14,4
Procura interna	1,5	0,9	-3,5
Exportações	7,5	-0,4	-14,2
Importações	5,6	2,1	-11,7
Contributo para o PIB (em p.p.)			
Procura interna		1,0	-3,9
Exportações líquidas		-1,0	0,3
Balança Corrente e de Capital (% PIB)	-8,1	-10,5	-7,9
Inflação (IHPC)	2,4	2,7	-0,2

Fonte: Banco de Portugal (Abril 2009)

(*) Previsão

Nas principais componentes da procura interna destacou-se, em 2008, o consumo privado que cresceu a uma taxa de 1,7% (contra os 1,6% de 2007), valor este que só foi possível através de uma diminuição da taxa de poupança das famílias. Já o consumo público teve uma variação real positiva de 0,5%, a qual contrasta com uma variação real nula em 2007.

A formação bruta de capital fixo registou uma variação negativa de 1,7% em 2008, depois do aumento de 2,8% em 2007. Refira-se que, o valor positivo de 2007 e o crescimento registado em 2004, foram os únicos incrementos do investimento na economia portuguesa, numa base anual, desde 2001.

As exportações tiveram uma ligeira queda em 2008, depois de aumentarem a um ritmo muito significativo (7,5% em 2007 e 8,7% em 2006). O comportamento das importações foi menos favorável, uma vez que cresceram 2,1%, agravando o défice da balança de mercadorias.

As previsões do Banco de Portugal para 2009, apontam para a pior evolução macroeconómica desde 1975, em linha com a degradação da envolvente externa da economia portuguesa, sendo a estimativa para o PIB de uma queda de 3,5%.

Inflação e Desemprego

A taxa de inflação média foi de 2,7% em 2008, em ligeira subida à do ano anterior que foi de 2,4%. Para este comportamento foi fundamental o aumento dos preços dos produtos energéticos e dos produtos agrícolas.

Segundo os dados divulgados pelo INE para o quarto trimestre de 2008, o valor da taxa de desemprego atingiu os 7,8%. Tal valor é igual ao registado no quarto trimestre de 2007. A taxa de actividade de actividade da população era, no final de 2008, de 62,3%.

Finanças públicas

Durante o ano de 2008, o défice das administrações públicas foi de 2,6%, valor equivalente ao do ano de 2007. A despesa corrente primária do Estado registou um crescimento moderado de 4,7%, sobretudo se tomarmos em linha de conta que a amortização do défice tarifário do sector eléctrico adicionou 1,3 pontos percentuais a este valor.

Contas externas

Em 2008, o défice agregado das balanças corrente e de capital foi de 17,5 mil milhões de euros, o equivalente a 10,5% do produto interno português que foi de 166,1 mil milhões. Em consequência, o peso do endividamento externo da economia portuguesa, relativamente ao PIB, voltou a aumentar em 2008.

Sistema bancário

A taxa de crescimento dos empréstimos bancários concedidos ao sector não monetário foi de 7,7% em 2008, abrando relativamente a 2007, onde a taxa de crescimento foi de 10,7%. O crédito ao sector não financeiro aumentou 7,1% e os empréstimos às instituições financeiras não monetárias de 17,6%. A qualidade da carteira de crédito dos bancos portugueses registou uma deterioração moderada em 2008, mas os rácios de cobertura por provisões permaneceram confortáveis.

Em Outubro de 2008, o Governo disponibilizou garantias bancárias no valor de 20 mil milhões de euros para emissão de dívida sénior pelos bancos portugueses, repartida consoante a quota de cada instituição bancária no sistema financeiro português. Tal aconteceu num cenário de concertação com outros Governos da Zona Euro.

Para além destas garantias, da qual a maior parte permanece ainda disponível para utilização, os bancos portugueses utilizaram a sua base de clientes para aumentar a sua captação de depósitos, tendo igualmente colocado (sobretudo durante o primeiro semestre), obrigações hipotecárias, titularizações de crédito imobiliário e MTNs nos mercados de capitais. Os bancos portugueses têm vindo a aumentar os activos disponíveis para desconto junto do BCE, recorrendo à transformação da sua carteira de crédito.

Por fim é de referir que o Banco de Portugal recomendou aos bancos que, em face da instabilidade vivida nos mercados de capitais, aumentassem o seu rácio de Tier 1 para 8% até 30 de Setembro de 2009 e que o Governo disponibilizou 4 mil milhões de euros para recapitalizar bancos que de tal necessitassem.

7. Os Acontecimentos ao Longo do Exercício de 2008

Sujeita aos condicionalismos decorrentes da intensificação da crise nos mercados financeiros e do incremento da escassez de liquidez, a actividade do Grupo BPN, durante o exercício de 2008, foi fortemente afectada por todo um conjunto adicional de dificuldades com origem no seio da própria instituição.

No decurso do primeiro trimestre, emergiu a necessidade de se reforçarem os fundos próprios para níveis consentâneos com o crescimento verificado no balanço e a deterioração entretanto ocorrida na carteira de crédito. A emissão de dívida subordinada perpétua colocada em Março, no montante de 94,5 milhões de Euros, contribuiu para o reforço dos fundos próprios.

Durante o segundo trimestre, em resultado do incremento dos resgates nas carteiras dos fundos de investimento geridos pelas sociedades gestoras de fundos do Grupo, continuou a assistir-se a um inusitado crescimento do activo resultante, neste caso, do aumento muito significativo da carteira de títulos disponíveis para venda.

Ainda durante o primeiro semestre, identificaram-se créditos concedidos sem garantia para os quais se exigiu a constituição de montante adequado de provisões.

Acresce que as condições de exploração corrente sofreram deterioração adicional em consequência da perda de valor verificada na carteira de *SIV's* do Grupo. O reconhecimento contabilístico do respectivo justo valor veio a traduzir-se na realização de perdas elevadas.

Como corolário deste percurso, em 18 de Junho, a agência de *rating Moody's* divulgou um *downgrade* do *rating* do BPN, alterando a notação de Baa1 para Baa3.

Com a tomada de posse de um novo Conselho de Administração, no final de Junho, foram tomadas decisões no sentido de serem incorporados activos que não se encontravam relevados contabilisticamente no perímetro do Grupo. O concomitante aumento do activo, tratando-se de créditos com níveis de imparidade significativos, implicou uma deterioração do rácio de solvabilidade.

Com a ocorrência do mencionado *downgrade* da notação de risco, as condições de gestão da liquidez foram ficando mais difíceis, ao longo de todo o terceiro trimestre, obrigando a uma gestão muito rigorosa das linhas de crédito disponíveis e a um monitorar muito exigente das previsões de fluxos de caixa.

Assiste-se então, sobretudo a partir de Setembro, a uma perda significativa de depósitos, apesar de todos os esforços desenvolvidos no sentido de não se hipotecar a tradicional capacidade competitiva em matéria de remuneração de produtos passivos.

Entretanto, não foi possível concretizar uma entrada de capitais próprios de montante capaz de repor os níveis de solvabilidade, e de liquidez, em patamares adequados ao exercício da actividade. O aumento de capital que acabou por se verificar resumiu-se a um montante de 80 milhões de euros, tendo sido

realizado, em 30 de Setembro, já num contexto de franca dificuldade de gestão da tesouraria e da actividade corrente.

Promoveram-se diversas iniciativas no sentido de se viabilizar a ultrapassagem das dificuldades com que o Banco se deparava e de se impedir a ocorrência da interrupção de pagamentos, nomeadamente, através de apoios especiais de liquidez.

Neste contexto de grande dificuldade de gestão, em face do volume de perdas já acumuladas e das imparidades diagnosticadas, tornou-se evidente o esgotar de soluções suportadas apenas em operações de apoio de liquidez. Requeria-se uma reposição dos níveis de capital adequados ao exercício da actividade, sem o que se revelaria impossível resolver os assinalados estrangulamentos de tesouraria.

A Lei n.º 62-A/2008, de 11 de Novembro, veio decretar a nacionalização de todas as acções representativas do capital social do BPN.

Com a nacionalização concretizou-se a transmissão para o Estado, através da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, de todas as acções representativas do capital social do BPN, livres de quaisquer ónus ou encargos.

O BPN passou a ter a natureza de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, continuando a reger-se pelas disposições legais que regulam a respectiva actividade, bem como pelos seus estatutos.

Nos termos do disposto no Artigo 2.º da referida Lei da nacionalização, a gestão do BPN foi nessa data atribuída à Caixa Geral de Depósitos, S. A., cabendo a esta entidade proceder à designação dos respectivos membros dos órgãos sociais.

Com a tomada de posse do novo Conselho de Administração do BPN foram criadas as condições que permitissem dar cumprimento aos objectivos previstos no diploma de nacionalização, sendo de salientar o início da auditoria às demonstrações financeiras das entidades e dos fundos geridos que compreendem o Grupo BPN com referência a 31 de Outubro de 2008.

8. Análise Financeira da Actividade Consolidada

Os trabalhos de auditoria desenvolvidos permitiram identificar diversas situações que, à data do encerramento do exercício de 2008, conduziram a uma posição económica e financeira caracterizada por capitais próprios negativos de 1.624.185 milhares de Euros e um resultado do exercício negativo de 575.238 milhares de Euros.

8.1. Reexpressão das demonstrações financeiras relativas a 2007

Ao abrigo do "IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros", foram reexpressas as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2007 com vista a corrigir os erros materiais que as mesmas continham.

	Resultado Líquido	Capitais Próprios, excluindo Resultado	Capitais Próprios
01-01-07 Contas Estatutárias	58,9	345,2	404,2
Ajustamentos no Balanço de Abertura de 2007			-1.336,9
Insuficiência de provisões para crédito			-1.131,1
Investimentos Financeiros			-147,9
Passivos contingentes			-13,6
Outros			-44,3
Ajustamento em Interesses Minoritários			74,3
Saldo ajustado 01-01-2007	58,9	-917,4	-858,4
Ajustes na aplicação de resultados	-58,9	26,9	-32,0
Resultado Estatutário de 2007	47,0		47,0
Ajustamentos no exercício de 2007	-342,8	3,2	-339,6
Insuficiência de provisões para crédito	-199,2		-199,2
Investimentos Financeiros	-71,4	5,0	-66,4
Passivos contingentes	-24,4		-24,4
Activos intangíveis	-24,4		-24,4
Outros	-23,3	-1,8	-25,1
Outros Movimentos		-11,3	-11,3
31-12-2007 (Proforma)	-295,8	-898,5	-1.194,2
Valores em 31-12-2008	-575,2	-1.048,9	-1.624,2

A descrição dos pressupostos que foram utilizados na reexpressão das demonstrações financeiras, objecto dos parágrafos seguintes, permitirá detalhar a natureza das situações que foram identificadas internamente, e que, conforme se referiu, contribuíram para estes impactos na situação líquida do Grupo, traduzidos, à data do encerramento do exercício de 2008, num capital próprio negativo consolidado de 1.624.185 milhares de Euros.

Banco Insular

O financiamento do activo do Banco Insular (IFI), entidade sediada na República de Cabo Verde, na sua quase totalidade, repousava em exposição detida pelo Grupo BPN.

Detendo o Grupo BPN o risco inerente a esta exposição, na reexpressão entendeu-se que estas responsabilidades deveriam ser elegíveis para efeitos de apuramento de provisões.

Insuficiência de provisões para crédito

Foi identificada a necessidade de se proceder ao reforço das provisões para crédito, no montante de 1.330.351 milhares de Euros, nos seguintes casos:

- Operações de crédito registadas nas contas estatutárias do Grupo em 31 de Dezembro de 2007 e 2006;
- Operações de crédito que não se encontravam registadas nas contas estatutárias do Grupo em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, as quais faziam parte do Banco Insular.

As responsabilidades do Banco Insular, na reexpressão, foram consideradas para efeitos de apuramento de provisões dado que estas operações eram financiadas pelo Grupo. Excluindo as operações relativas ao Banco Insular (IFI), SARL (Banco Insular enquanto tal), estas responsabilidades foram registadas nas demonstrações financeiras apenas em 2008.

A decomposição do reforço das provisões para crédito é descrita no quadro seguinte:

	<u>31-12-2006</u>	<u>31-12-2007</u>
Responsabilidades		
Registadas em contas estatutárias		
Crédito Vivo	4.806.693	5.563.920
Crédito Vencido	126.885	115.202
Garantias Prestadas	<u>426.022</u>	<u>556.833</u>
	5.359.600	6.235.955
Relativas ao Banco Insular incluindo Balcão Virtual	<u>783.927</u>	<u>619.470</u>
	6.143.527	6.855.425
Provisões Estimadas		
Responsabilidades registadas nas contas estatutárias	843.405	980.222
Responsabilidades relativas ao Banco Insular incluindo Balcão Virtual	<u>424.914</u>	<u>491.039</u>
	1.268.319	1.471.261
Provisões constituídas nas contas estatutárias	137.242	140.910
Insuficiência de provisões para crédito	<u>-1.131.077</u>	<u>-1.330.351</u>
Impacto nos capitais próprios	<u>-1.131.077</u>	<u>-199.274</u>

Cálculo das provisões estimadas para as responsabilidades registadas

Para as responsabilidades registadas nas contas estatutárias em 31 de Dezembro de 2006 e 2007, o apuramento das provisões estimadas para essas datas foi efectuado com recurso a uma análise individual para identificação de indícios de imparidade nas operações de crédito cujo montante era igual ou superior a 1.500 milhares de Euros. O Grupo BPN atribuiu uma percentagem de provisão específica para estas operações.

As restantes operações de crédito foram objecto de uma análise colectiva com base em questionários de crédito preenchidos pelas áreas comerciais do BPN para uma amostra significativa de clientes em Dezembro de 2008.

As taxas de provisão média apuradas com base nos questionários de crédito foram de 11,19% no crédito a empresas e de 12,86% no crédito a particulares.

Considerando-se que a política de concessão e acompanhamento das operações de crédito não sofreu alterações significativas até à nacionalização do Banco, por simplificação, foram aplicadas às responsabilidades em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 taxas de provisão idênticas de acordo com a metodologia acima apresentada.

Assim sendo, em 31 de Dezembro de 2007 as provisões estimadas apresentam a seguinte decomposição em milhares de Euros:

Provisões decorrentes de análise individual	703.030
Provisões decorrentes de extrapolação dos resultados da amostra obtida a partir dos questionários de crédito:	
Empresas	192.015
Particulares	85.177
	<hr/>
	980.222
	<hr/> <hr/>

A estimativa das provisões relativas a 31 de Dezembro de 2006 foi apurada aplicando às responsabilidades a essa data a taxa média de provisão apurada com referência a 31 de Dezembro de 2007 (16,73%).

Cálculo das provisões estimadas para as responsabilidades do Banco Insular

O crédito concedido e afecto ao Banco Insular que não estava registado nas contas estatutárias do BPN ascende a 619.470 milhares de Euros e 783.927 milhares de Euros, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006.

Em Dezembro de 2008, as operações de crédito concedidas e afectas ao Banco Insular foram objecto de análise individual com vista à identificação de indícios de imparidade, tendo sido atribuídas taxas de provisão específicas para cada operação.

Desta forma, a reexpressão das demonstrações financeiras implicou a constituição de provisões relativas a estas responsabilidades no montante de 491.039 milhares de Euros e 424.914 milhares de Euros, respectivamente, correspondentes a 31 de Dezembro de 2007 e 2006. Estas provisões foram registadas na rubrica “Provisões para outros riscos e encargos”.

Imóveis das carteiras dos fundos imobiliários

Foi solicitada à Imocaixa – Gestão Imobiliária, S.A. (Imocaixa), em Dezembro de 2008, uma avaliação dos imóveis detidos pelos fundos imobiliários geridos pela BPN Imofundos, cujas up’s integram a carteira do BPN.

Com base nas avaliações efectuadas por esta entidade, foram identificadas menos-valias potenciais face ao valor contabilístico dos imóveis nos fundos imobiliários.

A afectação das menos-valias dos imóveis por exercício foi efectuada com base na data de aquisição dos imóveis pelos fundos imobiliários.

O impacto negativo nos capitais próprios do Grupo decorrente dessas avaliações ascende a 163.250 milhares de Euros e 132.806 milhares de Euros, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006.

Activos financeiros disponíveis para venda

Até 31 de Dezembro de 2007, a valorização dos Veículos de Investimento Estruturado (SIV) registadas na rubrica “Activos financeiros disponíveis para venda” era efectuada com base nas perdas efectivas. O Grupo alterou a forma de valorização destes títulos, passando a adoptar o Net Asset Value (NAV).

Abate de activos intangíveis

O abate relativo a activos intangíveis está relacionado com a decisão de descontinuação do projecto informático do Sistema “Core Banking” denominado “Projecto Adamastor”, tendo sido rescindido em 2007 o contrato que existia com a entidade norueguesa responsável pelo seu desenvolvimento.

O Grupo reconheceu agora com efeitos em 2007 um custo de 24.416 milhares de Euros relativo às despesas já incorridas no âmbito do “Projecto Adamastor” acima referidas através da rubrica “Gastos Gerais Administrativos”.

Reexpressão do perímetro de consolidação

O Grupo efectuou a reexpressão do seu perímetro de consolidação com referência a 31 de Dezembro de 2006. Foram incluídas todas as entidades que se encontravam fora do perímetro, mas que formalmente já existia o compromisso por parte do Grupo em adquirir essas participações aos seus detentores. As entidades incluídas na consolidação no âmbito da reexpressão foram as seguintes: CLIP Multi-Strategy, BPN Valorização Patrimonial – FEI, BPN Diversificação – FEI, BPN Real Estate, BPN Imoglobal e BPN Imoreal. No caso dos dois últimos fundos, tratou-se de alterar o método de consolidação de equivalência patrimonial para consolidação pelo método integral.

Provisão para o montante depositado no Investec Bank

O Grupo reconheceu imparidade relativamente ao montante depositado em 2007 junto do Investec Bank, dado como colateral a financiamentos concedidos a empresa do Grupo SLN e a uma outra sociedade, no montante de 17.000 milhares de Euros.

Impostos diferidos activos

De acordo com o "IAS 12 – Impostos sobre lucros", os impostos diferidos activos devem ser registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

Face às dúvidas quanto à recuperabilidade dos impostos diferidos activos registados nas contas estatutárias em 31 de Dezembro de 2006 e 2007, os mesmos foram integralmente anulados.

Valorização de acções da SLN detidas pelo CLIP Multi Strategy

Em 31 de Dezembro de 2007, o Fundo CLIP Multi Strategy detinha 5.527.182 acções da SLN cujo custo de aquisição ascendia a 9.916 milhares de Euros e cujo valor contabilístico ascendia a 11.054 milhares de Euros. A provisão adicional constituída em 2007 é de 10.063 milhares de Euros.

Provisão para compromissos de taxa

As rendibilidades geradas durante o ano de 2007 pelos activos afectos à representação das provisões matemáticas da Real foram significativamente inferiores às taxas garantidas aos clientes pela generalidade dos contratos em vigor. Foi assim constituída uma provisão para compromissos de taxa, no montante de 9.686 milhares de Euros.

Provisões para contingências genéricas

O Banco constituiu uma provisão de 8.485 milhares de Euros para contingências fiscais relativamente às liquidações adicionais (incluindo juros compensatórios) realizadas pela Administração Fiscal no âmbito da

Inspeção Tributária ao BPN Serviços, ACE em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) relativamente aos exercícios de 2003 a 2005. Esta provisão foi reconhecida na rubrica "Provisões para outros riscos e encargos".

Provisão para o valor líquido contabilístico da frota da Rentilusa

Durante o exercício de 2007, a BPN Crédito – IFIC, S.A. (BPN Crédito IFIC), adquiriu a frota gerida pela empresa Rentilusa, S.A., entidade do Grupo SLN, passando esta entidade a efectuar operações de sublocação operacional sobre a mesma frota. A BPN Crédito IFIC reconheceu uma provisão para o valor líquido contabilístico dessa frota no valor de 8.078 milhares de Euros.

Imparidade para créditos concedidos que irão ser recomprados

O Banco constituiu imparidade para créditos concedidos que irão ser recomprados a uma instituição de crédito. A imputação deste ajustamento ao exercício de 2007, no montante de 6.424 milhares de Euros, é justificada pelo facto da venda destes créditos ter ocorrido em 2007.

Provisões relativas a garantias prestadas

Com referência a 31 de Dezembro de 2006, o Banco constituiu uma provisão relativamente às garantias prestadas no âmbito de um financiamento concedido por outra instituição de crédito a uma empresa do Grupo SLN no montante de 6.000.000 Dólares Norte-Americanos. As provisões para outros riscos e encargos relativamente a esta situação ascendem a 4.076 e 4.556 milhares de Euros, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006. O impacto reconhecido no resultado do exercício de 2007 corresponde integralmente à variação cambial.

Imparidade para bens recebidos em dação

A imparidade para imóveis recebidos em dação em pagamento foi apurada por comparação entre o valor contabilístico em 31 de Dezembro de 2007 (e em 31 de Dezembro de 2006) e o valor de venda aprovado internamente pelo Grupo. Esta imparidade foi reconhecida na rubrica "Imparidade – Bens recebidos em dação em pagamento".

Imparidade relativa a activos tangíveis

Em 2008, efectuou-se um levantamento da localização de obras de arte registadas pelo Banco na rubrica "Outros activos tangíveis - Património artístico", não tendo sido possível localizar quadros cujo valor global ascende a 2.503 milhares de Euros. A afectação da imparidade relativa a estes quadros com referência a 31 de Dezembro de 2007 e 2006 teve por base a data de aquisição dos mesmos.

Cupão inicial do título "Barclays 10 year coupon"

A Real Vida adquiriu em 2007 o montante de 45.800 milhares de Euros da emissão das obrigações "10 year EUR Coupon Protected Note Linked to the Real Reference Portfolio" emitidas pelo Barclays Bank Plc. Em 31 de Dezembro de 2007, o cupão inicial foi pago e indevidamente reconhecido em resultados. Este montante, 2.288 milhares de Euros, foi anulado no âmbito da reexpressão das demonstrações financeiras.

Provisão relativa a produtos vendidos formalmente aos clientes com capital e juro garantido

Com referência a 31 de Dezembro de 2007 foi constituída uma provisão de 2.051 milhares de Euros, correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor formalmente garantido aos clientes.

Em 31 de Dezembro de 2007 esta provisão foi reconhecida na rubrica "Provisões para outros riscos e encargos".

Opção de venda sobre acções não cotadas

No âmbito da reexpressão das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2007, o Banco reconheceu uma opção de venda celebrada com um cliente cujo subjacente corresponde a acções da SLN o que, independentemente da sua validade, que está em apreciação, tem de ser relevada. A valorização desta opção de venda foi reconhecida na rubrica "Passivos detidos para negociação – opções sobre acções não cotadas".

Em 31 de Dezembro de 2007 e 2006, o justo valor desta opção de venda ascende aos montantes negativos de 515 milhares de Euros e 1.993 milhares de Euros, respectivamente, em 31 de Dezembro de 2007 e 2006.

8.2. Resultados e rentabilidade

Tendo em conta a natureza e o detalhe das correcções apresentadas, qualquer análise comparativa tendo por referência os exercícios de 2007 e 2008, objecto do presente ponto e seguintes, terá necessariamente de ser ponderada pelos efeitos decorrentes da reexpressão das demonstrações financeiras de 2007, e, por conseguinte, por toda a natureza de alterações plasmadas nestas contas proforma de 2007.

Os resultados líquidos consolidados do Grupo BPN em 2008 foram negativos em 575.238 milhares de Euros, contra um resultado negativo de 295.792 milhares de Euros em 2007, verificando-se assim um agravamento de 94,5% face ao resultado proforma do exercício anterior.

A evolução dos resultados traduz os efeitos da crise dos mercados financeiros e principalmente o impacto resultante de um conjunto adicional de dificuldades com origem no seio do Grupo. Estes efeitos repercutiram-se negativamente ao nível de todas as principais rubricas, designadamente, da margem financeira, produto da actividade, custos operacionais e provisões e imparidade.

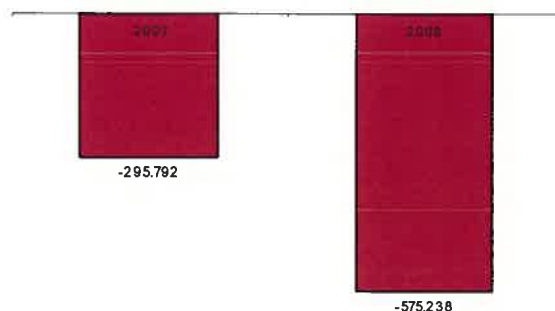
Demonstração de Resultados (Consolidados)

milhares €

	2007	2008	Var. %
Margem financeira	180.930	108.865	-39,8%
Rendimentos de Instrumentos de Capital	4.319	2.071	-52,1%
Comissões líquidas	43.204	40.434	-6,4%
Resultados em operações financeiras	-4.052	-105.868	-2512,7%
Resultados líquido de resseguro	-11.880	-4.103	65,5%
Outros Resultados do Exploração	88.826	49.290	-44,5%
Produto da actividade	301.347	90.689	-69,9%
Custos operacionais	242.573	275.797	13,7%
Provisões e imparidade	335.467	383.751	14,4%
Resultado de associadas	-109	-1.975	-1711,9%
Resultado antes de impostos	-276.802	-570.834	-106,2%
Imposto	15.964	9.035	-43,4%
Interesses minoritários	3.026	-4.631	-253,0%
Resultado consolidado	-295.792	-575.238	-94,5%

Resultados Líquidos

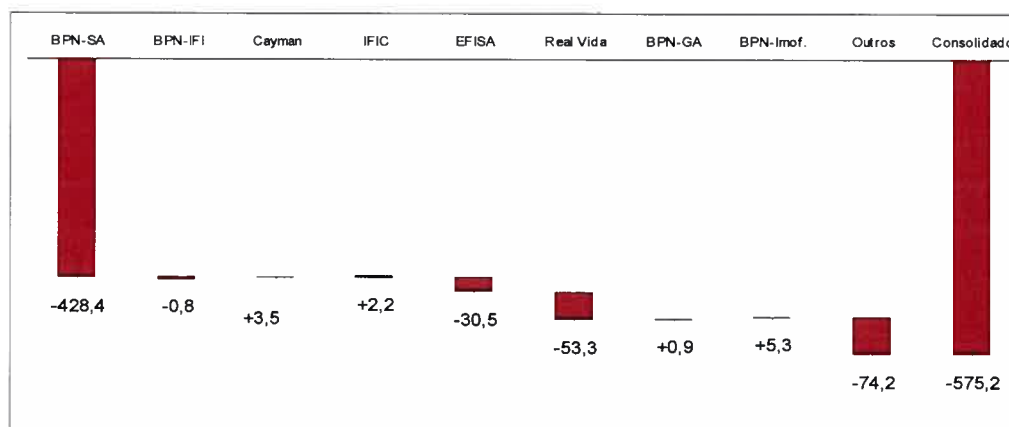
milhares €



A actividade do BPN contribuiu negativamente, com 74,5%, para o resultado consolidado. Destaca-se ainda o contributo negativo por parte da Real Vida com 9,3% do total.

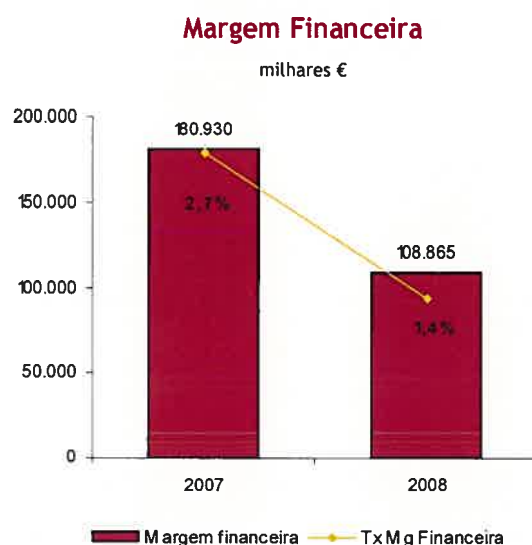
Contributo de cada área de negócio para o lucro líquido consolidado

milhões €

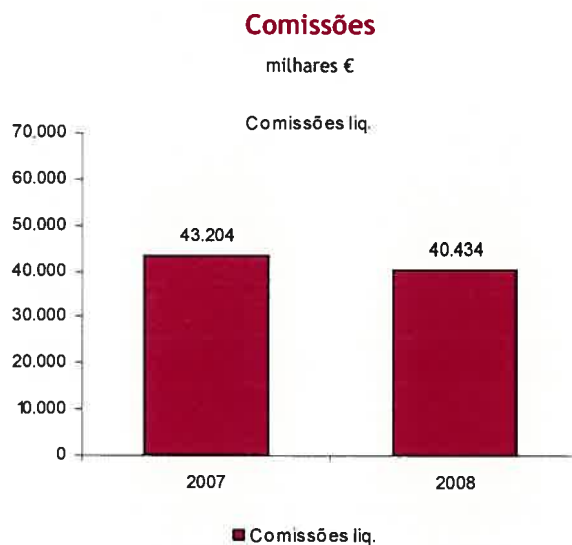


A Margem Financeira diminuiu 39,8%, de 180.930 milhares de Euros em 2007 para 108.865 milhares de Euros no exercício de 2008. A taxa da Margem Financeira desceu de 2,7% para 1,4%.

No comportamento da Margem Financeira reflectem-se decisões de gestão tomadas no sentido de pôr cobro a situações de capitalização de juros de operações activas vencidas. Acresce ainda a degradação significativa deste indicador em resultado de estratégias de captação de recursos, implementadas no período pré-nacionalização num contexto de descida da própria notação de *rating*, para fazer face à envolvente muito adversa em matéria de gestão da liquidez.



As Comissões Líquidas diminuíram para 40.434 milhares de Euros o que representou uma queda de 6,4% relativamente ao exercício anterior.



Os resultados em operações financeiras apresentam um valor negativo de 105.868 milhares de Euros face a um resultado também negativo de 4.052 milhares de Euros no ano precedente. Esta evolução muito desfavorável é explicada pelas perdas verificadas nas carteiras de títulos, fundamentalmente em resultado de posições detidas em Veículos de Investimento Estruturado (SIV).

Resultados de Activos Financeiros

milhares €

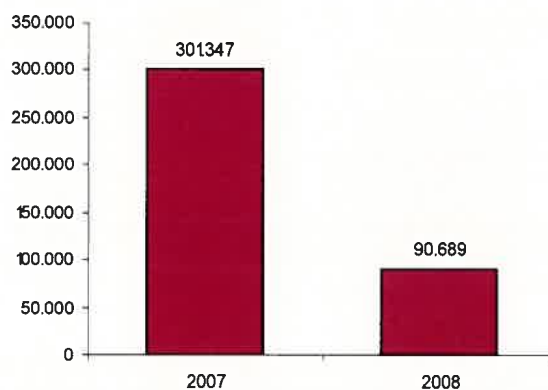
	2007	2008	Var. %
Activos e passivos ao justo valor	-9.836	-107.133	-989,2%
Activos financeiros para venda	-1.617	811	150,2%
Reavaliação cambial	3.916	-12.850	-428,1%
Alienação de outros activos	3.485	13.304	281,8%
	-4.052	-105.868	-2512,7%

A Margem Técnica da Actividade de Seguros cifrou-se num resultado negativo de 4.103 milhares de Euros contra um valor negativo de 11.880 milhares de Euros no ano transacto.

Considerando o comportamento descrito das Margens Financeira e Complementar, o Produto da Actividade em 2008 sofreu uma redução de 69,9% relativamente ao ano de 2007, cifrando-se num montante de 90.690 milhares de Euros por oposição ao montante de 301.348 milhares de Euros atingido no ano anterior.

Produto da Actividade

milhares €



Os custos operativos somaram 275.797 milhares de Euros, registando um acréscimo de 33.224 milhares de Euros (+13,7%), comportamento resultante dos aumentos verificados nos gastos com pessoal (+29,5%), nos gastos administrativos (-6,2%) e nas depreciações e amortizações (+62,3%).

Em resultado de situações extraordinárias em matéria de política de pessoal, ocorridas durante o ano, os custos com pessoal sofreram um acréscimo de 30.100 milhares de Euros durante o exercício de 2008. Contribuíram igualmente para esta situação remunerações e prémios atribuídos a membros de órgãos sociais, alguns dos quais se encontram pendentes de apreciação final por parte do Conselho de Administração do BPN, e a regularização salarial efectuada a alguns colaboradores com situações contratuais atípicas.

As amortizações aumentaram 10.806 milhares de Euros em resultado do impacto da aquisição de POS (Netpay) no BPN e do incremento verificado na actividade de locação operacional na BPN Crédito IFIC.

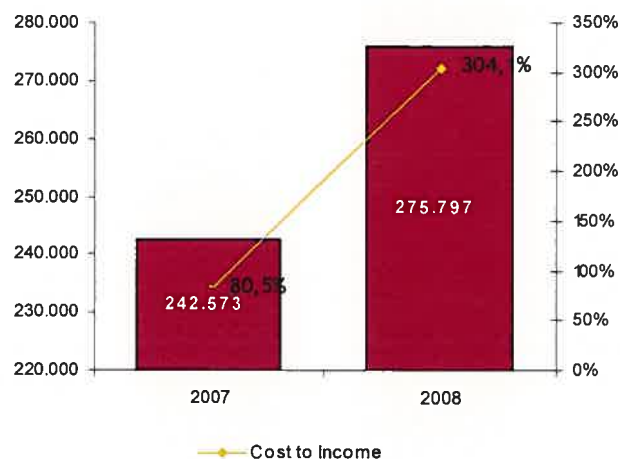
Custos Operativos

Milhares €

	2007		2008		Var. %
	Valor	%	Valor	%	
Custos com pessoal	102.178	42,1%	132.278	48,0%	29,5%
Gastos gerais administrativos	123.039	50,7%	115.357	41,8%	-6,2%
Custos de funcionamento	225.217		247.635		10,0%
Amortizações	17.356	7,2%	28.162	10,2%	62,3%
Custos Operativos	242.573	100,0%	275.797	100,0%	13,7%
Custos com pessoal / Produto da Actividade		33,9%		145,9%	
Custos de funcionamento / Produto da Actividade		74,7%		273,1%	
Custos Operativos / Produto da Actividade (<i>Cost-to-Income</i>)		80,5%		304,1%	
Custos Operativos / Activo líquido Médio		3,4%		3,5%	

Custos Operativos

milhares €



A dotação para provisões e a imparidade de outros activos ascenderam, no seu conjunto, a 253.201 milhares de Euros, correspondente a um aumento de 88.882 milhares de Euros face ao ano precedente. A imparidade do crédito, líquida de reversões, cifrou-se em 130.549 milhares de Euros.

Provisões e Imparidades

milhares €

Valores	2007	%	2008	%	Var. %
Provisões líquidas de reposições e anulações					
Encargos com benefícios aos empregados	7		16		144,7%
Garantias e compromissos assumidos	18.230		3.551		-80,5%
Outras provisões	116.342		135.865		16,8%
	134.578	40,1%	139.431	36,3%	3,6%
Imparidade do crédito					
Aplicações em instituições de crédito	-		-		n.a.
Crédito a clientes	171.148		130.549		-23,7%
	171.148	51,0%	130.549	34,0%	-23,7%
Imparidade de outros activos					
Outros activos financeiros	19.153	5,7%	90.191	23,5%	370,9%
Devedores e outras aplicações	791		160		-79,7%
Títulos	15.029		81.739		443,9%
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	3.334		8.291		148,7%
Outros activos	10.588	3,2%	23.579	6,1%	122,7%
	29.741	8,9%	113.770	29,6%	282,5%
	335.467	100,0%	383.751	100,0%	14,4%



8.3. Evolução do Balanço

O Activo Líquido do Grupo BPN totalizou 8.188.033 milhares de Euros no final de 2008, o que corresponde a um aumento de 814.774 milhares de Euros (+11,1%) face a igual data do ano anterior (Balanço proforma), assente, quase exclusivamente, no crescimento do Crédito a Clientes e na evolução das Propriedades de Investimento.

No Passivo destaca-se o crescimento da rubrica de Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais, com mais 1.313.177 milhares de Euros (+144,8%), e o aumento verificado nos Passivos Financeiros Associados a Activos Transferidos, de mais 206.809 milhares de Euros (+36,2%).

Evolução das Rúbricas de Balanço

milhares €

	2007	2008	Var. %
Activo			
Activos monetários e créditos a I.C.	959.913	858.268	-10,6%
Activos financeiros	640.979	362.222	-43,5%
Crédito a clientes	4.718.477	5.278.384	11,9%
Participações, imobilizado e outros	1.053.890	1.689.159	60,3%
	7.373.259	8.188.033	11,1%
Passivo e Capitais Próprios			
Débitos para com Bancos Centrais e I.C.	907.096	2.220.272	144,8%
Débitos para com Clientes	4.800.255	5.128.262	6,8%
Passivos financeiros	595.422	833.363	40,0%
Dívida titulada	236.533	231.001	-2,3%
Dívida subordinada e outros passivos	2.028.201	1.399.320	-31,0%
	8.567.507	9.812.218	14,5%
Capitais próprios	-1.194.248	-1.624.185	-36,0%
	7.373.259	8.188.033	11,1%

No Activo, o comportamento manifestado nas rubricas de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito, com um decréscimo de 101.645 milhares de Euros (-10,6%), foi acompanhado, no Passivo, pelo referido aumento significativo da rubrica Recursos de Instituições de Crédito e Bancos Centrais. A evolução do saldo com Instituições de Crédito traduz assim uma situação de tesouraria em que a dependência do recurso ao mercado interbancário de curto prazo assume maior protagonismo.

Contribuiu para a mencionada variação do Activo Líquido o comportamento da rubrica Crédito a Clientes, com um aumento de 559.906 milhares de Euros (+11,9%), em grande parte explicado pela integração de activos que se encontravam fora do perímetro de consolidação.

A carteira de títulos sofreu uma redução para 362.222 milhares de Euros (-43,5%), em resultado da adopção de estratégias mais defensivas na gestão do respectivo portfolio de activos e da reclassificação de algumas das suas classes, incluindo-se neste contexto a componente de fundos de investimento que por força das exposições detidas viram a sua consolidação efectuar-se pelo método integral.

Activos Financeiros

milhares €

	2007		2008		Var. %
	Valor	%	Valor	%	
Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor					
Obrigações	94.614	13,4%	34.565	8,0%	-63,5%
Acções	11.200	1,6%	10.542	2,5%	-5,9%
Outros títulos	9.150	1,3%	5.767	1,3%	-37,0%
Instrumentos derivados	22.397	3,2%	21.180	4,9%	-5,4%
	137.361		72.053		
Activos financeiros ao justo valor através de resultados					
Obrigações	3.311	0,5%	14.926	3,5%	350,8%
Outros títulos	9.899	1,4%	11.590	2,7%	17,1%
	13.210		26.516		
Activos financeiros disponíveis para venda					
Obrigações	284.622	40,2%	237.061	55,1%	-16,7%
Acções	158.292	22,4%	37.980	8,8%	-76,0%
Outros títulos	76.132	10,8%	9.556	2,2%	-87,4%
Imparidade	-28.638	-4,0%	-20.944	-4,9%	-26,9%
	490.407		263.653		
Investimentos em Associadas					
	66.856	9,4%	67.853	15,8%	1,5%
Total	707.834	100,0%	430.075	100,0%	-39,2%

De salientar ainda no Activo a evolução verificada na rubrica Propriedades de Investimento, com um crescimento de 485.045 milhares de Euros (+797,4%), em resultado da consolidação pelo método integral das posições detidas em fundos de investimento imobiliário. O aumento de exposição verificado decorreu da política de apoio à liquidez dos fundos que foi concretizada ao longo do exercício.

Face ao exercício anterior, os recursos de clientes cresceram 328.007 milhares de Euros (+6,8%), atingindo um valor de 5.128.262 milhares de Euros.

Recursos de Clientes

milhares €

	2007		2008		Var. %
	Valor	%	Valor	%	
Depósitos à ordem	1.188.887	24,8%	896.349	17,5%	-24,6%
Depósitos a prazo	3.445.276	71,8%	4.035.705	78,7%	17,1%
Depósitos de poupança	95.504	2,0%	69.709	1,4%	-27,0%
Outros recursos	70.588	1,5%	126.499	2,5%	79,2%
	4.800.255	100,0%	5.128.262	100,0%	6,8%

As necessidades de funding do Grupo foram tributárias do recurso aos mercados interbancários, o que se traduziu num crescimento muito significativo desta natureza de recursos (+144,8%) conforme acima se referiu.

Os Passivos Financeiros Associados a Activos Transferidos cifraram-se em 777.562 milhares de Euros (+36,2%) em consequência da operação de titularização Chaves 5 da BPN Crédito IFIC.

A rubrica de Outros Passivos Subordinados ascendeu a 246.675 milhares de Euros, registando um acréscimo de 96.210 milhares de Euros (+63,9%) em resultado da emissão de dívida subordinada perpétua, elegível para efeitos de fundos próprios regulamentares, que foi colocada no final do mês de Março.

Em 30 de Setembro o BPN aumentou o seu capital em 80 milhões de Euros. Os capitais próprios que no final de 2007, após reexpressão das suas demonstrações financeiras, se cifraram num valor negativo de 1.191.248 milhares de Euros, agravaram o seu saldo negativo para 1.624.185 milhares de Euros no final do exercício de 2008. O resultado líquido do exercício traduziu-se por um prejuízo de 575.238 milhares de Euros.

Capitais próprios

milhares €

	2007		2008		Var. %
	Valor	%	Valor	%	
Capital	300.000	-25,12%	380.000	-23,40%	26,7%
Prémios de emissão	6.790	-0,57%	6.790	-0,42%	-
Outros instrumentos de capital	0	-	0	-	-
Acções próprias	0	-	0	-	-
Outras reservas e resultados transitados	-1.287.348	107,80%	-1.641.811	101,09%	-27,5%
Resultado líquido	-295.792	24,77%	-575.238	35,42%	-94,5%
	-1.194.248	100,00%	-1.624.185	100,00%	-36,0%

9. Proposta de Apresentação de Resultados

Nos termos da alínea f), do n.º 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício, negativo em 428.390.992,27 euros, seja totalmente transferido para Resultados Transitados.

- O Resultado Consolidado foi negativo em 575.238 milhares de euros.

Porto, 30 de Abril de 2009

Conselho de Administração



O Presidente
Francisco Manuel Marques Bandeira



Vice-Presidente
Norberto Emilio Sequeira da Rosa



Vogal
Pedro Manuel de Oliveira Cardoso



Vogal
Rui Manuel Correia Pedras



Vogal
José Lourenço Soares



Vogal
Mário Manuel Garcia Faria Gaspar



Vogal
Jorge António Beja Pessoa

Anexo I

Para efeitos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, a posição accionista dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização, no exercício de 2008, era a seguinte:

Francisco Manuel Marques Bandeira

Não possuía em 1 de Janeiro de 2008, quaisquer acções.

Não possuía em 31 de Dezembro de 2008, quaisquer acções.

Norberto Emílio Sequeira da Rosa

Não possuía em 1 de Janeiro de 2008, quaisquer acções.

Não possuía em 31 de Dezembro de 2008, quaisquer acções.

Pedro Manuel de Oliveira Cardoso

Não possuía em 1 de Janeiro de 2008, quaisquer acções.

Não possuía em 31 de Dezembro de 2008, quaisquer acções.

Rui Manuel Correia Pedras

Não possuía em 1 de Janeiro de 2008, quaisquer acções.

Não possuía em 31 de Dezembro de 2008, quaisquer acções.

José Lourenço Soares

Não possuía em 1 de Janeiro de 2008, quaisquer acções.

Não possuía em 31 de Dezembro de 2008, quaisquer acções.

Mário Manuel Garcia Faria Gaspar

Não possuía em 1 de Janeiro de 2008, quaisquer acções.

Não possuía em 31 de Dezembro de 2008, quaisquer acções.

Jorge António Beja Pessoa

Não possuía em 1 de Janeiro de 2008, quaisquer acções.

Não possuía em 31 de Dezembro de 2008, quaisquer acções.

Anexo II

Para efeitos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, as participações dos accionistas eram, à data do encerramento do exercício, as seguintes:

Accionistas com, pelo menos, metade do capital social:

Estado Português.

Accionistas com, pelo menos, um terço do capital social:

Nada a referir.

Accionistas com, pelo menos, um décimo do capital social:

Nada a referir.